

Outras Vozes



WLSA Moçambique

Women and Law in Southern Africa

Número 19

Maputo, Maio de 2007



VEJA NESTE NÚMERO...

❁
**O direito ao aborto como
uma questão de direitos
humanos**

❁
**A socialização escolar:
educação familiar e
escolar e violência de
género nas escolas**

❁
**Alguns dados sobre
denúncias de violência
ocorridas nos Gabinetes de
Atendimento da Mulher e da
Criança (2ª parte)**

Noções de sexualidade: respondendo às necessidades dos jovens em matéria de saúde sexual e reprodutiva

Ana Maria Loforte

O SIDA surgiu como uma epidemia, como algo que precisava de uma resposta urgente, o que conferiu legitimidade ao estudo da sexualidade. Até então esta entrava no domínio dos estudos da psicologia e biologia, mas, fundamentalmente, era concebida como sendo universal e homogénea. Informações ricas sobre as relações sexuais derivaram dos estudos sobre controlo da fertilidade, aborto e práticas anticonceptivas e preferências sexuais. A partir dos anos 70, estudos feministas (Rosaldo e Lamphere, 1974; Ortner e Whitehead, 1981; MacCormack & Stratern, 1987) colocam a ênfase nestas problemáticas, mas sublinham a sua relação estreita com os símbolos e significados associados ao género masculino e feminino, ao sexo e à reprodução, e, igualmente com o estatuto económico das mulheres, com o exercício do poder e da autoridade por parte das mesmas.

Todavia, as profundas diferenças na dinâmica da doença em distintas sociedades e culturas chamam a atenção, cada vez mais, não só para a sexualidade em si, mas para a diversidade sexual e a sua complexidade, lembrando que a sexualidade e o comportamento sexual são, em todas as culturas, sujeitos aos papéis de género, à construção das identidades sociais e sexuais e, conseqüentemente, experimentados de forma diferente por homens e mulheres. Neste contexto, a pandemia provavelmente ajudou tanto a priorizar o campo como merecedor de investimento e reflexão, como a trazer a preocupação com a construção social actual da sexualidade. Na verdade, certas normas e práticas sexuais, assim como alguns padrões de comportamento que foram assumidos ao longo de gerações, estão a ser actualmente questionados e mesmo proibidos em função das formas de transmissão do vírus HIV.

Pretendemos, neste artigo, baseado em estudos sobre a sexualidade e género nas zonas rurais do sul do país¹, sublinhar que se torna imperativo, entre outros aspectos, que os programas de promoção da saúde sexual e reprodutiva e prevenção do HIV/SIDA reconheçam a sexualidade em toda a sua dinâmica e diversidade. Um enfoque particular será dado à sexualidade dos jovens, pois é decisivo que os programas lhes proporcionem apoio prático e informação para entenderem e negociarem os actos sexuais. Far-se-á referência à relação intrínseca entre a sexualidade, os valores sócio-culturais e os mecanismos de controlo social existentes na família e que criam um quadro de referência para construção das identidades feminina e masculina.

Quadro teórico

O interesse emergente na sexualidade dos jovens deriva do alastramento rápido da doença. Contudo, o paradigma dominante é de que estes constituem um grupo de risco, que se engaja em práticas sexuais de risco, o que resulta numa segregação da sua sexualidade, da sexualidade em geral e do contexto em que esta é construída, experimentada. É verdade que esta abordagem deriva da necessidade de prevenir o alastramento da doença por intermédio da mudança de comportamento cuja premência é evidenciada pelos resultados dos estudos sobre Comportamentos, Atitudes e Práticas (CAP). Esta postura, no entanto, pode levar a uma avaliação dos actos sexuais a partir de um sistema hierárquico (Rubin, 1989), que tem, no topo, os adultos casados, com todo o reconhecimento das suas respeitabilidade e legalidade e, na base, os jovens cujo acesso à informação é limitado pelos tabus sexuais e pelas ideias que prevalecem nas famílias no sentido de lhes serem transmitidos apenas os conhecimentos tidos como apropriados. Reflectir sobre uma ética sexual pluralista é imprescindível, incorporando um conceito de variedade sexual onde se observam lutas intensas relacionadas com valores, negociações, acordos e custos decorrentes da conduta sexual.

Neste sentido, no aparelho conceptual tivemos em mente o conceito de poder. Poder como acção, como forma de dominação de um grupo por outro (Foucault, 1978), para invocar sobretudo as formas como se edificam as hierarquias e se tomam as decisões entre os diferentes membros das famílias no controlo da sexualidade e seu exercício.

Um desafio permanente é questionar a naturalização que caracteriza as representações sociais relativas à sexualidade e, partindo de uma perspectiva construtivista, enfatizar que esta é tão produto humano, como o são as formas e os processos de trabalho, as diversões e os processos de opressão. A ênfase deve situar-se no amplo contexto social e familiar no qual os jovens expressam a sua sexualidade e o significado que atribuem à mesma, pois partimos da definição da sexualidade que incorpora, entre outros aspectos, a capacidade individual, o desejo, o prazer, o estilo, os actos sexuais, a organização social das relações sexuais, as ligações entre o comportamento, práticas sexuais e identidade pessoal (Foucault, 1978; Rubin, 1989).

A família como produtora de sujeitos sexuais

Procuraremos fazer uma leitura das relações familiares que equacione a construção do género sexual, na medida em que a sua especificação promove correlativas conjunturais entre o masculino e o feminino, a família e a ordem da sociedade, ou seja, a família como unidade reprodutiva e produtora de sujeitos sexuais.

Nas sociedades estudadas, a sexualidade é configurada pelos papéis reprodutivos, sociais e económicos e religiosos, que homens e mulheres desempenham na sociedade. A identidade é construída em cada gesto, colocando-a como ponto de ancoragem de certos discursos e práticas. Por isso, não se podem separar as estruturas da identidade das práticas sociais e simbólicas, isto é, do conhecimento e do poder.

O período de adolescência inscreve cada um em distintas sociabilidades, nas quais o peso das relações do grupo doméstico varia consoante se trate de rapazes ou de raparigas, relacionando-se este facto com a diferente concepção do ser adulto em função do género, senda esta, por sua vez, informada por ordens de valores distintas. Estas diferenças verificam-se, por um lado, no âmbito da educação “informal”, ou seja, no ambiente familiar e social em que as crianças crescem e se formam como indivíduos, incorporando os valores, os gostos, as regras e as relações. Por outro lado, a nível da educação formal: baseado na selecção de um percurso escolar e de formação moral considerado adequado para as mulheres. Educar as raparigas nos valores culturais que associam as mulheres à família é uma das formas mais eficazes de contribuir para que aceitem os papéis, que se espera que desempenhem no projecto colectivo familiar, mas reproduzindo a diferenciação de género no seio desta.

O adestramento em tarefas inerentes às actividades produtivas corre em simultaneidade com uma aprendizagem da participação nas relações sociais, favorecendo a construção feminina nas relações apropriadas pelo grupo doméstico e, ao invés, a exteriorização face a estas relações, das práticas masculinas. Evidencia-se entre os rapazes um progressivo afastamento do grupo doméstico como lugar de sociabilidade e pólo de relacionamento, lugar a que se substituem relações oriundas dos seus pares em idade. Difusos e variáveis na sua composição, os grupos de amigos começam a preencher mais tempo na vida de cada um, particularmente nos períodos dedicados ao lazer, estabelecendo um contexto de relação no qual a sexualidade individual é aprendida, debatida e valorizada.

É neste contexto de relação que uma identidade individual, constituída para o conjunto do grupo social, se forja e é cristalizada numa alcunha que se substitui ou se adiciona ao nome próprio, na alocação ou referência do indivíduo. A construção desta nova identidade processa-se no quadro de relação que vai ao encontro dos parceiros no exterior, em situações de que as barracas de venda de bebidas são exemplificativas. Estes locais registam a presença de jovens com idades compreendidas entre dezasseis e trinta anos, alguns solteiros, outros recém-casados, cujas mulheres são deixadas em casa. O ser rapaz expressa uma situação social de não comprometimento, e é desse estatuto que trata a socialização no grupo de amigos. São avaliados

pelos comentários relativos ao corpo das mulheres, e pelos pronunciamentos enquanto parceiras sexuais; mas a virilidade de cada um é posta em competição. No fundo, é mais a socialização na sexualidade que é posta em discurso (Porto, 1992). No entanto, não constituem propriamente um grupo social, pois a sua constituição não se baseia nas suas fronteiras, mas, sim, em laços de conhecimento pessoal de longa data, no cruzamento de factores identitários comuns, na partilha de projectos de vida e de uma certa visão do mundo, ou seja, uma “comunidade de acção”² segundo a designação de Lave e Wenger (1991).

Esta socialização no exterior é também ditada pelo facto de as fronteiras internas que determinam a presença familiar e regulam o fluxo de informação estabelecerem os parâmetros e comportamentos julgados apropriados e limitando o acesso ao conhecimento sobre a sexualidade. Numa negação dos direitos sexuais dos jovens, a noção espalhada entre os pais é de que eles não devem aceder à informação sobre a sexualidade, contraceptivos e outros serviços, porque não são tidos como seres sexuais. Afirmam que, os esforços para os tornar acessíveis poderão conduzir à promiscuidade e aumentar a sua vulnerabilidade. Líderes de opinião e pais não são as pessoas com quem se discute normalmente os assuntos relacionados com o comportamento sexual, embora os mesmos estejam ostensivamente no âmbito das preocupações familiares: os implicados sentem-se mais à vontade para procurar confidentes fora do grupo familiar (Agadjanian, 2001: 299).

Discursos acerca de direitos e necessidades estão ligados inevitavelmente a temas similares que se originam a outros níveis do social. Estes discursos não só configuram o fluxo de recursos no largo sistema de redistribuição, mas são usados como um recurso estratégico nas negociações que decorrem a nível do agregado familiar, entre homens e mulheres. Estes discursos são estratificados e organizados em formas que são congruentes como padrões de dominação e subordinação (Moore, 1995). Assim, alguns discursos são hegemónicos, autorizados e sancionados, enquanto outros são desqualificados. Isto não significa que as pessoas subscrevam estes discursos, que acreditem neles. A natureza da ideologia dominante que, na verdade, representa a imposição de um grupo sobre outros, faz com que nunca se consiga impor sem contradições, apresentando fracturas que podem ser expostas pelos discursos dos excluídos.

Assim, uma pesquisa desenvolvida com jovens fora da escola indicia mudanças nas atitudes, pois indica que a informação sobre a sexualidade é hoje obtida junto dos amigos, pois conversar sobre o sexo com pessoas idosas ou simplesmente mais velhas é considerado falta de respeito (Geração BIZ/FNUAP, 2001). Como estes sistemas de comunicação são regulados, eles reflectem primeiramente o grau em que a individualidade e a autonomia de cada membro são toleradas no sistema

familiar. Quando as fronteiras são estreitas, as estratégias observadas no sistema limitam a expressão da autonomia.

A família e a socialização sobre a sexualidade na escola

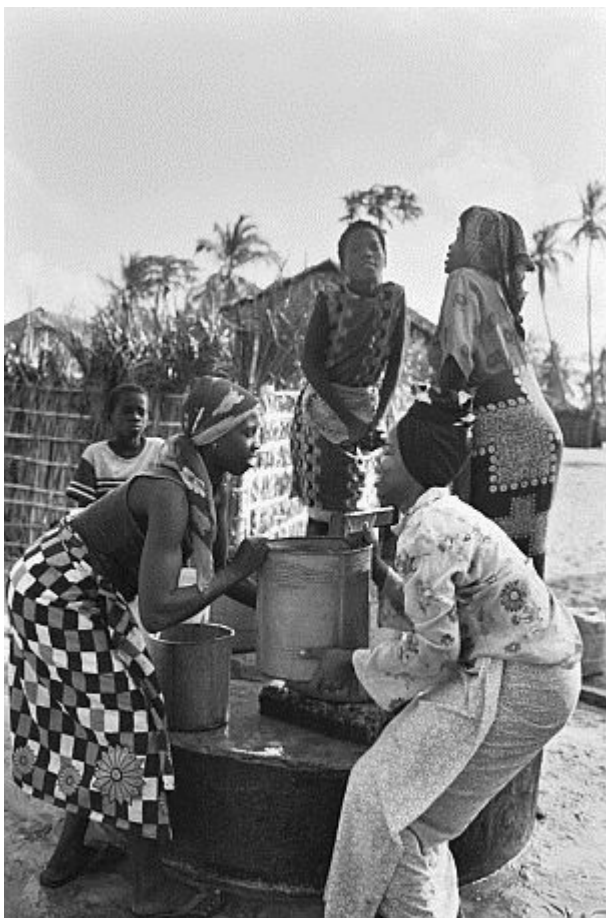
Os universos masculino e feminino encontram caminhos de separação também no período da adolescência, que mantêm as raparigas sob estreita tutela do grupo doméstico e conduzem os rapazes para a tutela do grupo social, como já vimos. Esta vincada separação é obliterada pela frequência do Ensino Primário do Segundo Grau (EP2) que obriga à deslocação quotidiana da população estudantil para a sede dos distritos e contribui para a representação da escola como local de vício. Das 6,30 da manhã às 15 horas, hora de partida e chegada, rapazes e raparigas, entregues a si próprios, estão afastados da tutela da casa. O conhecimento escolar, não sendo directamente aplicável no quotidiano, não é objecto de valorização, e a aprendizagem de outros conteúdos de ensino, de outras formas de sociabilidade cujos princípios radicam numa ideia de homogeneidade, sem distinção sexual perante a instituição, são tomados como processos de degeneração da qualidade que se procura imprimir no espaço local.

As crianças, sobretudo as raparigas, vivem num mundo dominado pelos ciclos e necessidades da agricultura. O trabalho e a educação familiar educam as crianças e preparam-nas para o futuro. Mesmo se a escola fosse olhada como um educador no sentido lato da palavra, era apenas uma das várias agências de educação – e na realidade de modo algum a mais importante. Ir à escola significa, de certa forma, adiar a entrada na vida adulta, incluindo aspectos como contribuir mais completamente para a sobrevivência da família através do trabalho, arranjar o terreno de cultivo e casar-se. Quando a escola entra em conflito com os princípios mais fiáveis e impulsionadores para a reprodução social, tais como o casamento e o nascimento dos filhos, ela é abandonada³ (Palme, 1992).

A escola subtrai, económica e culturalmente, a criança do seu meio social, uma vez que, durante o tempo lectivo, fica isenta de participar nas actividades económicas da família, tais como a agricultura ou os cuidados da casa, tarefas que recaem sobretudo nas meninas. Rapazes e raparigas são, desde pequenos, tratados de forma diferente, pois os seus familiares empenham-se para que venham a assumir papéis diferentes.

A preocupação paterna surge nos discursos que identificam a escola como local onde se desaprende, sublinhando esta expressão não a inutilidade imediata dos conteúdos curriculares, mas a contradição entre os saberes quotidianos com os apreendidos nesse espaço exterior e incontrolável na conduta sexual.

O acesso à educação e informação seria um factor-chave na educação sexual, pois a instrução potencia uma abertura às mensagens sobre a saúde sexual e reprodutiva. Quanto mais elevada a instrução, maior o conhecimento da protecção da sua própria saúde, reduzindo o risco de contrair doenças. Mais bem informadas, as jovens sentir-se-iam mais fortalecidas e confiantes para tomar decisões e fazer escolhas mais acertadas. Por outro lado, a escolaridade das mulheres é crucial, num país onde as condições materiais de vida não são as melhores, devido ao seu papel reprodutivo a nível doméstico. É igualmente decisiva a protecção dos direitos humanos das meninas e mulheres, incluindo o direito a uma sexualidade livre de coerção e violência sexual que, nos últimos anos, alimentam a pandemia.



Algumas iniciativas que apontam neste sentido têm surgido por parte de programas dirigidos especificamente aos jovens, como é o caso do Programa Geração BIZ (PGB), embora o seu impacto seja ainda reduzido.

Os desafios do Programa Geração BIZ

A importância de tratar a questão da sexualidade dos jovens, particularmente no tocante à saúde sexual e reprodutiva, foi abordada com muita veemência na Conferência das Nações Unidas sobre População e Desenvolvimento, no Cairo, em 1994. Com efeito, o seu Plano de Acção reconhece que os adolescentes

devem ter acesso à informação, aconselhamento e serviços, respeitando os direitos e as responsabilidades dos pais.

Foi respondendo a este desafio que, em Moçambique, foi criado o PGB, um programa sensível ao género, que tem como foco a saúde sexual e reprodutiva, incluindo a prevenção do HIV/SIDA. É um programa nacional e multisectorial, liderado pelos Ministérios da Educação e Cultura, Juventude e Desportos e Saúde. Ele providencia informação e serviços nas escolas, comunidades, nos Serviços Amigos dos Adolescentes e Jovens (SAAJ) e nas unidades sanitárias.

Analisando o programa parece-nos que o mesmo assenta em três domínios distintos de aprendizagem, a saber:

- O domínio afectivo, que compreende a componente emocional e atitudinal da sexualidade.
- O domínio comportamental, que abarca comportamentos específicos e ensina as habilidades necessárias para negociar a saúde sexual e o prazer, de modo seguro e responsável.
- O domínio cognitivo, que integra os aspectos do conhecimento sobre a sexualidade (Irvin, 2000).

O objectivo principal é promover um comportamento sexual responsável que pode ser traduzido no retardamento do início da actividade sexual ou na adopção de sexo seguro, utilizando o preservativo de forma consistente. Ele cobre presentemente 9 das 11 províncias do país, tendo atingido ultimamente um número significativo de jovens dentro da escola (325 escolas em 2006) e fora dela; associações juvenis (272 em 2006) e Serviços Amigos dos Adolescentes e Jovens (149 em 2006⁴). A abrangência de jovens fora da escola é uma necessidade, uma vez que 70% dos jovens moçambicanos estão fora da escola até aos 13 anos e apenas 5% das meninas completam o ensino secundário. Geralmente, esta população é de difícil acesso e mais vulnerável e exposta a riscos, menos aberta a receber mensagens. A ideia prevalente é de que é importante envolver os jovens que estão a desenvolver a sua identidade, construindo atitudes, crenças e opções acerca da sexualidade em decisões e acções que promovam a equidade de género e evitem comportamentos que os colocam em perigo e também os seus parceiros, assim como as crianças que terão no futuro.

Apesar dos obstáculos para chegar aos jovens fora das escolas, e de acordo com dados recentes, o programa BIZ está a abranger jovens com informação e serviços. Muitos jovens recebem informação dos educadores de pares, através de centros juvenis, e através de eventos comunitários nas províncias e distritos. Assuntos de saúde sexual e reprodutiva e prevenção do HIV/SIDA estão sendo integrados no currículo do ensino secundário. Alguns jovens começam a entender os riscos das infecções transmitidas sexualmente, reduzem o número de parceiros e usam o preservativo. Apesar

dos avanços, há entraves sobretudo nos distritos, onde, por exemplo, os SAAJ se encontram abertos poucas horas por dia.

Os resultados destes e de outros programas de combate ao HIV/SIDA, embora encorajadores, não têm travado a subida galopante da feminização do SIDA. A maior ou menor vulnerabilidade das pessoas à doença, embora decorrente do efeito conjugado de diferentes factores que vão desde a falta de informação até à pobreza, têm como imperativo causal (no sentido usado por Max Weber) um modelo social que se reproduz pela e na desigualdade de género (Osório: 2004). Além disso, as percepções sobre os papéis de género iniciam-se muito cedo, mas as noções dominantes de masculinidade só mudam com o decorrer do tempo. Comportamentos de risco podem ser evitados se se oferecerem a homens e mulheres modelos alternativos de masculinidade que não sejam baseados em relações de poder desiguais. O Programa Geração Biz tem potencial para ser transformativo (Gupta 2004), se for de encontro a uma redefinição das normas do género e introduzir a concepção e a crença de que as formas dominantes de masculinidade podem ser mudadas e substituídas por modelos mais equitativos, e posições de poder mais igualitárias de homens e mulheres no seio das famílias e sociedades. Torna-se ainda importante o reconhecimento, por parte dos jovens, dos altos custos que terão de pagar pela manutenção de masculinidade tradicional. É igualmente imperioso encorajar os jovens a examinar e desafiar as expectativas e normas culturalmente prescritas que levam a comportamentos de riscos, propiciando assim a infecção pelo HIV/SIDA.

Conclusão

Podemos, afirmar em jeito de conclusão, que atendendo ao papel ainda decisivo das famílias nos ensinamentos sobre a sexualidade e seus valores, a educação sexual a nível dos programas deve reconhecer estas realidades em todas as suas dinâmicas e diversidades. Mas poderão assentar os seus objectivos e estratégias no seguinte:

- Assistir os jovens para que, de forma consciente, explorem, afirmem e desenvolvam os seus próprios sentimentos, atitudes e valores sobre as distintas dimensões da sexualidade.
- Possibilitar que rapazes e raparigas actuem de forma responsável na expressão da sua sexualidade, no seu comportamento reprodutivo e relações íntimas.
- Apoiar os jovens a aumentar a auto-estima, habilidade social para desenvolver relações equitativas, de apoio mútuo e prazerosas, incluindo de uma sexualidade baseada na igualdade de género.

Notas:

¹ Pesquisas realizadas nas províncias de Maputo e Gaza, relativas à sexualidade, género e poder.

² A comunidade de acção é constituída por um conjunto de indivíduos e de famílias que se relacionam e partilham um conjunto de valores, práticas e ideias, que promovem, conseqüentemente, sentimentos de identificação mútua e asseguram a unidade do grupo.

³ As desistências entre as raparigas são frequentes em todo o país, sobretudo nos últimos anos do ensino primário. Por exemplo no EP1 em 2001, a frequência das raparigas era de 45,3%, em 2003 sobe para 45,3% e 2006 atinge os 46,8%. Contudo, nos mesmos anos, e para o EP2 apresenta-se em 39,5, 40,2% e 41,9% respectivamente.

⁴ Fonte: Programa Geração BIZ, Relatório Resumido de Progresso, 2006, Maputo, Fev. 2007.

Referências:

- AGADJANIAN, Victor, 2001, Negotiating Through Reproductive Change: Gendered Social Interaction and Fertility Regulation in Mozambique. In: *Journal of Southern Africa Studies*, 27 (2). Pp. 291-309.
- BADIANI, Rita et al. (s/d), Estudo CAP nas Escolas: Conhecimento, Atitudes, Práticas e Comportamento em Saúde Sexual e Reprodutiva em uma era de SIDA. Maputo: DEC/SEA/MISAU/MJD.
- FOUCAULT, Michel, 1978, *História da Sexualidade*. Oeiras: Celta Editores.
- Geração BIZ, 2007, Relatório Resumido de Progresso, 2006. Maputo.
- GUPTA, Rao, 2004, Gender, Sexuality, and HIV/AIDS: The What, the Why and the How. In: *Canadian HIV/AIDS Policy & Law*, 5 (4).
- IRVIN, Andrea, 2000, *Taking Steps of Courage: Teaching Adolescents About Sexuality and Gender in Nigeria and Cameroun*. New York: International Women's Health Coalition.
- LAVE, Jean; WENGER, Etienne, 1991, *Situated learning. Legitimate peripheral participation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MACCORMACK, Carol; STRATHERN, Marilyn, 1987, *Nature, Culture and Gender*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 2006, *Plano Estratégico da Educação*. Maputo.
- MOORE, Henrietta, 1995, *A Passion for Difference*. Cambridge: Polity Press.
- ORTNER, Sherry; WHITEHEAD, Harriet (eds.), 1981, *Sexual Meanings*. Cambridge: Cambridge University Press.
- OSÓRIO, Conceição, 2004, *Subvertendo o Poder Político?* Maputo: WLSA Moçambique.
- PALME, Michael, 1992, *O Significado da Escola*. Maputo: INDE, *Cadernos de Pesquisa/Estocolmo: Gotab*.
- PORTO, Nuno, 1992, *O Corpo, a Razão e o Sentido*. Oeiras: Celta Editores.
- ROSALDO, Michelle; LAMPHÈRE, Louise (ed.), 1974, *Woman, Culture and Society*. Stanford: Stanford University Press.
- RUBIN, Gayle, 1989, *Reflexionando Sobre el Sexo: Notas para una teoria radical de la sexualidade*. Madrid: Eudema.

Editorial

Exigindo a igualdade de género em Moçambique

Neste momento em que se está a fechar esta edição do boletim, o governo de Moçambique apresenta, pela primeira vez, o seu relatório sobre a implementação da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW, sigla formada a partir da designação em inglês), em Nova Iorque, nas Nações Unidas. Todo este processo, que englobou igualmente as ONGs que elaboraram o relatório paralelo ou relatório sombra (ver edição anterior deste boletim), deve servir para reconhecer os avanços na área dos direitos humanos das mulheres, mas também o que ainda falta fazer e os constrangimentos para a mudança. Por todos os compromissos assumidos nos últimos vinte e cinco anos, a permanência da desigualdade de género em sectores tão fulcrais como, por exemplo, a educação ou a saúde, é totalmente injustificável. Como cidadãs, temos não só o direito mas também o dever de exigir medidas urgentes e eficazes para reverter e pôr cobro a esta situação. É preciso que constantemente nos lembremos que o governo – qualquer governo – tem o mandato que o povo lhe dá para gerir a “coisa” pública (*res publica*) de acordo com princípios que privilegiem o interesse público. E mesmo que um governo seja constituído por mandato de um partido, ele representa todas/os as cidadãs e os cidadãos. Nós, ONGs, como representantes da sociedade civil, temos este papel de exigir o cumprimento das promessas políticas, e o nosso relacionamento com o governo tem sido pautado tanto pela cooperação como pela crítica.

Por isso, lutamos para passar a mensagem de que, para garantir a mudança, é preciso mais do que programas com dimensão de género. É necessário antes de tudo conhecer a realidade que se quer transformar, para em seguida se traçarem estratégias adequadas. E a realidade que dificilmente se aceita, é que as desigualdades de género e os constrangimentos que as cidadãs de sexo feminino enfrentam primeiro como crianças e raparigas e depois como adultas, têm origem e decorrem de sistemas patriarcais que garantem a dominação masculina. Sem este reconhecimento e atribuindo-se a discriminação a “problemas culturais” e às “mentalidades”, sem se aprofundar o problema, as acções planificadas poderão servir como paliativos mas nunca terão um impacto duradouro. Ou seja, embora oficialmente se aceite que existe desigualdade entre mulheres e homens, rejeita-se o discurso das ONGs, considerado demasiado radical, e que propõe como modelo explicativo para a persistente discriminação de género a permanência de sistemas patriarcais que subordinam as mulheres.

Este processo de avaliação da implementação do CEDAW mostrou que o investimento que se tem feito não está a produzir os resultados esperados. É, pois, tempo de parar e de reflectir e de ouvir outras vozes. Tem que haver vontade política para impulsionar mudanças e é preciso que os programas de intervenção ataquem os fundamentos da desigualdade de género.

Esta edição tem como destaques a sexualidade e os direitos sexuais e reprodutivos, a violência contra as raparigas nas escolas e a violência doméstica contra as mulheres. Estas são somente algumas das áreas de grande preocupação quanto aos direitos humanos das mulheres.

Maria José Arthur - Editora

O direito ao aborto como uma questão de direitos humanos

Ximena Andrade

O direito a escolher voluntária e livremente a maternidade, quer dizer, o direito a ter filhas/filhos ou não as/os ter, e, portanto, a interromper uma gravidez num momento dado, fundamenta-se nos princípios essenciais dos direitos humanos como a igualdade e não discriminação e numa série de direitos humanos daqui decorrentes, como são a autodeterminação, o direito à vida, a não ser submetido/a a torturas, à

liberdade e à segurança. Também se refere aos direitos relativos a não ser objectivo de ingerências arbitrárias na vida e na família, à liberdade de pensamento e consciência. Todos estes direitos formam parte da Declaração Universal dos Direitos Humanos e do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos que, desde o seu aparecimento até aos nossos dias se tem ido alargando e incorporando em vários outros

instrumentos de direitos humanos, dentro do processo de construção dos direitos humanos de protecção universal.

Estes e outros direitos (como a atenção ao HIV, protecção da saúde e o usufruto dos benefícios do progresso científico) são, em geral, a base para a conceptualização e o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos.

Para me referir aos princípios éticos contidos nos direitos sexuais e reprodutivos, vou tomar a proposta feita por S. Correa e R. Petchesky (1994), que identificam quatro princípios a ter em conta, que são:

- A integridade corporal;
- A individualidade;
- A igualdade;
- A diversidade.

Para estas autoras, “cada um destes princípios pode ser violado mediante acções de invasão ou abuso – por funcionários governamentais, provedores de saúde, parceiros, membros da família, etc. – ou por actos de omissão, negligência ou discriminação por parte de autoridades públicas (nacionais ou internacionais). Além disso, cada um destes princípios está na origem de dilemas e contradições que só podem ser resolvidos sob ordenamentos sociais radicalmente diferentes dos que prevalecem actualmente nalgumas partes do mundo” (Correa & Petchesky, 1994).

Vejam os cada um destes princípios.

A integridade corporal: o direito à segurança e controlo do próprio corpo é talvez o aspecto que mais peso tem no conceito de liberdade sexual e reprodutiva. E, apesar de este princípio ter origem em ideias muito próprias da cultura política ocidental, transcende qualquer cultura ou região na medida em que, actualmente, constitui o fundamento para toda a oposição à escravidão, à tortura e à violação, entre outros.

Afirmar que as mulheres têm direito sobre os seus corpos não significa que os corpos sejam meras coisas, separadas e isoladas da sociedade. Pelo contrário, o que se está a afirmar é que o corpo é uma parte integral, cuja saúde e bem-estar – incluindo o prazer sexual – é fundamento necessário para a participação activa na vida social. A integridade corporal não é, pois, um direito individual, senão social, posto que sem ele as mulheres não podem actuar como membros plenos da sua comunidade. Todavia, ainda que sejam sociais, os direitos sexuais e reprodutivos também são pessoais.

A integridade do corpo inclui o direito das mulheres a não serem alienadas da sua capacidade sexual e reprodutiva. Ao mesmo tempo, implica direitos afirmativos no que se refere ao desfrute pleno do seu corpo.

A individualidade (o ser pessoa): é o respeito à capacidade moral e legal das pessoas que implica o respeito à sua auto-determinação. No que se refere às mulheres e às suas decisões reprodutivas, o conceito de autonomia na tomada de decisões implica o respeito pela maneira como tomam as suas decisões, a partir dos valores que têm peso para elas, assim como pelas opiniões das pessoas que escolhem consultar.

O respeito pela individualidade das mulheres implica o acesso a uma ampla gama de métodos anticonceptivos e o direito a um aborto legal e seguro.

A igualdade: este princípio aplica-se a dois campos, nomeadamente, o das relações entre mulheres e mulheres e o das relações entre homens e mulheres. O fundamento histórico dos direitos reprodutivos é a procura de uma solução para o desequilíbrio social que representa o facto de que as mulheres não tenham controlo sobre a sua fecundidade e a atribuição de papéis principalmente reprodutivos dentro da divisão do trabalho. A igualdade referida a questões reprodutivas implica a promoção de anticonceptivos para os homens, mas não apenas isso. Idealmente, também, compreenderia sistemas educativos/laborais que incentivariam a participação dos homens nos cuidados e educação das/dos filhas/os.

Quanto ao princípio de igualdade entre mulheres, este refere-se a que os prestadores de serviços e aqueles que decidem as políticas de população devem respeitar o direito (e, portanto, a autoridade) que têm as mulheres para tomar decisões sem que influam as diferenças de classe, raciais, étnicas, de idade, estatuto marital, região ou nacionalidade. É prática frequente “provar” novos anticonceptivos entre mulheres de países subdesenvolvidos ou regiões pobres. A discriminação surge, para além disso, quando os métodos seguros como preservativos ou diafragmas, pílulas hormonais de dosificação baixa e clínicas higiénicas de aborto, são acessíveis só a mulheres com recursos financeiros para os pagar.

A diversidade: enquanto o princípio da igualdade requer a mitigação das desigualdades quanto ao acesso a serviços ou ao tratamento que recebem de prestadores de serviços e daqueles que definem políticas e programas, o princípio da diversidade refere-se ao respeito pelas diferenças entre (as) mulheres: os seus valores, cultura, condição familiar ou de saúde. Ao mesmo tempo que se defende a universalidade dos direitos sexuais e reprodutivos, deve-se reconhecer que tais direitos muito das vezes têm significados diferentes, ou diferentes prioridades, em contextos sociais e culturais diversos.

A minha intenção ao trazer as reflexões e análise de S. Correa e R. Petchesky foi tentar demonstrar que enquanto os recursos e o poder estiverem distribuídos de maneira desigual na nossa sociedade, as dimensões individuais (quer dizer, a liberdade) e sociais (quer

dizer, a justiça) dos direitos não se podem separar. É por isto que as obrigações dos Estados e dos organismos internacionais são prementes, já que a capacidade dos indivíduos para exercer os direitos sexuais e reprodutivos depende de uma série de condições que ainda não estão ao alcance da maioria das pessoas do mundo em geral, e do nosso país em particular. E que não o estarão se não contarem com a vontade e o apoio das instâncias públicas.

É nesta ordem de ideias que a minha apresentação traz um apelo no sentido de que vale a pena ter presente as convenções e instrumentos internacionais que podem fundamentar o direito ao aborto voluntário. Aliás, é uma necessidade, pois não existe argumento nenhum para justificar que os direitos das mulheres, neste caso de controlar o seu corpo na reprodução, fiquem fora do contexto dos direitos humanos.

Referências:

CORREA, Sónia; PETCHESKY, Rosalind (1994) "Reproductive and sexual rights: a feminist perspective", en Population Policies Reconsidered. Health, Empowerment and Rights. Boston: Harvard Center for Population and Development Studies, International Women's Health Coalition.

Sugestões de consulta:

CORREA, Sónia; PETCHESKY, Rosalind; PARKER, Richard (eds.) (2007), Sexuality, Health And Human Rights. Londres: Routledge.
ANDAR (2005), Las hojas de andar. México. (Site: www.andar.org.mx)
MACHICAO BARBERY, Ximena (2002) Entre Sexuales y Reproductivos: Los Derechos, un ejercicio de ciudadanía. (Site: http://www.rimaweb.com.ar/derechos_sex_reproductivos/leonora_nunez_prostitucion.html)



Grupo de Discussão sobre Violência Contra as Mulheres

Sessão do dia 28 de Junho 2007, 14 Horas

Pensão Hoyo-Hoyo

“Procurar o marido ideal na igreja. Percursos das Mulheres nas Igrejas Pentecostais Brasileiras na cidade de Maputo”

Por Linda van de Kamp (VU University Amsterdão e Centro de Estudos Africanos Leiden, Holanda)

Sinopse:

Gostaria de mostrar percursos em mudança de mulheres jovens na cidade de Maputo que frequentam as igrejas pentecostais transnacionais no contexto duma sociedade que passou por varias transições sócio-económicas as quais tiveram seus efeitos nas estruturas familiares e na posição da mulher na sociedade.

Deixo-me inspirar por trabalhos recentes sobre a juventude em África em que são abordados como pessoas jovens reconfiguram geografias de exclusão e inclusão, maneiras de escapar estruturas restritivas e navegam pelas situações sociais, económicas e políticas. Pretendo entender como mulheres (jovens) movimentam e criam ambientes sociais em quais suas vidas são enquadradas.

Os movimentos religiosos podem ser atractivos para os jovens. Por um lado, por que são espaços onde são oferecidos modos de ser e pertencer (modes of being and belonging), mas também, por outro lado, porque nestes espaços podem ser construídas novas imaginações da comunidade e do individual. Nas igrejas pentecostais ('born-again' churches) as pessoas começam uma nova vida; a pessoa é salva por Jesus Cristo e empoderada pelo Espírito Santo e simultaneamente a pessoa quebra com os laços de parentesco. Nesta transformação é desenhada uma influência divina acrescentada, reduzindo o risco de outras pessoas, vivos e mortos, interferir no progresso da vida da pessoa.

A socialização escolar: educação familiar e escolar e violência de género nas escolas

Conceição Osório

Este artigo surge na linha da pesquisa que a WLSA tem vindo a realizar sobre Identidades sociais/sexuais dos jovens que frequentam o primeiro nível do ensino secundário geral. O estudo teve o seu início no último trimestre de 2005, tendo sido entrevistados 647 jovens raparigas e rapazes na cidade de Maputo e Província da Zambézia.

A socialização na escola (pelos conteúdos disciplinares, pela explicitação de saberes e pela elaboração de novas hierarquias) rompe, por um lado, com a socialização na família (tanto mais forte quanto o capital cultural das famílias é menos compatível com o saber escolar) e, por outro lado, adapta e encontra pontos de acordo que permitem a convivência entre espaços e agentes de socialização

Como corpo social a escola é, a par da família, um agente de socialização privilegiado. A escola entendida como totalidade, de salas de aulas, de professores, de alunos, de programas, de métodos e de saber, é o lugar onde se reproduz e se legitima a ordem social. Assim, a escola é, em primeiro lugar, um mediador dum sistema de formação de saberes disciplinares e, em segundo lugar, de “estruturação” das condutas (dos actores sociais em presença) em torno de valores referenciados a campos mais vastos da realidade social. São estes dois elementos de transmissão/aprendizagem de saberes e de apropriação de valores que, organizando o ensino e a aprendizagem, são determinantes para a compreensão do papel da escola na construção das identidades.

A partir dos discursos dos jovens foram analisados os processos e mecanismos da socialização escolar, através de três dimensões: a primeira são as afinidades, complementaridades e conflitos entre educação familiar e escolar, a segunda são as relações professor/aluno, e a terceira dimensão é a violência de género nas componentes assédio sexual e gravidez.

Entre a casa e a escola

Relativamente à primeira dimensão, compatibilidades e conflitos entre socialização familiar e escolar, temos de referir que as diferenças discursivas entre a cidade de Maputo e a província da Zambézia não permitiram a construção de sub-grupos, ou seja, a diversidade de discursos nas áreas de estudo referem-se mais à ênfase dada a aspectos particulares, do que a divergências que poderiam indiciar interpretações díspares. Nesta componente constatou-se a existência de três tendências relativamente ao modo como as/os

alunas/os representam as compatibilidades entre os dois meios. A primeira, maioritária (60%), exprime um acordo entre os sistemas de valores veiculados na família e na escola, ou seja, embora recorrendo a mecanismos diferenciados e a práticas aparentemente contraditórias, ambos os espaços procuram reproduzir uma mesma ordem de pensar e organizar as relações sociais.

Na maioria das escolas, os alunos revêem-se, tal como acontece nas famílias, como objectos de conhecimento, conhecimento este cuja legitimidade se encontra no papel social conferido aos professores e aos pais (ou seus representantes) e nos mecanismos de controlo que desencadeia. Esta situação é bem visível na província da Zambézia, onde a escola claramente não responde à “procura” juvenil de novos elementos de coesão, isto é, os e as alunas acrescentam saber num processo muito fragmentado e disperso, em que se concilia, por exemplo, a divisão de trabalho em casa (às meninas compete varrer, cozinhar) com a “igualdade” na escola. O facto de todas e todos as/os entrevistadas/os terem afirmado a ausência de raparigas chefes de turma (mas a maioria dos adjuntos de chefes são raparigas) é um bom exemplo de como se realizam as compatibilidades entre a modernidade escolar e a tradição cultural da subalternidade. O que é comum na casa e na escola é para além da impossibilidade de questionamento (parte-se sempre do entendimento dos jovens como tábua rasa), a manutenção de uma estrutura de poder que tem a idade e o sexo como determinantes.

É interessante, no entanto, salientar o surgimento de uma posição minoritária, mas significativa que exprime, por parte das famílias, expectativas semelhantes, relativamente aos dois sexos. Curiosamente estas posições valorativas da educação escolar das raparigas por parte dos pais, são predominantemente produzidas ou por jovens oriundas de grupos com capital cultural médio ou elevado, ou por alunas de famílias monoparentais e chefiadas por mulheres, por vezes sem formação académica e com poucos recursos, mas com uma grande história de violência e de discriminação.

Cerca de 15% de jovens constituem aquilo que classificámos como segunda tendência, isto é, produziram um discurso que distingue claramente os fins, os mecanismos e os resultados da socialização familiar e escolar, principalmente no que respeita às possibilidades que a escola tem de oferecer alternativas à construção de papéis sociais.

Uma terceira tendência (25% dos jovens) é caracterizada pela simultaneidade de contestação e conformação entre os mecanismos de socialização. Isto é, ao mesmo tempo que referem a escola como espaço de maior liberdade e mais conhecimento, estabelecem-se acordos entre valores transmitidos num e noutro espaço.

A pouca contestação dos e principalmente das jovens à desigualdade, evidencia as limitações da educação escolar como agente de mudança social, reforçando ao mesmo tempo, a normalidade de um sistema que discrimina segundo o sexo. Quer isto dizer que a universalidade do ensino/aprendizagem, que se encontra nas directivas e nas intenções discursivas dos agentes de educação (a todos os níveis da hierarquia) não se operacionaliza na prática escolar. Partindo do pressuposto “da igualdade formal” dos alunos e dos saberes a aprender, não se questiona e não se actua no sentido de desenvolvimento de relações sociais mais simétricas. Por esta razão, o normativo que orienta o papel do jovem como filha/o num esquema regido pela autoridade indiscutível (versus autoritarismo) é coincidente com os elementos presentes nas identidades de aluna/o, o que conduz a que a desigualdade entre raparigas e rapazes, seja interiorizada como normal e se transforme em verdade e em crença. Podemos dizer com Maffesolli (1993) e Kaufmann (2005) que a “força socializadora do contexto” na construção dos papéis sociais de raparigas e rapazes, tanto no meio escolar restrito (como sistema de ensino realizado principalmente na relação professor-aluno), como na família, permite uma construção identitária em conformidade com a ordem social e cultural dominante.

A relação professor/a-aluna/o

A segunda dimensão, da análise dos mecanismos de socialização escolar, foi a relação professor-aluno. A relação que os professores estabelecem no espaço da sala de aula, com todos os seus rituais e códigos é um campo de revelação de um curriculum oculto que exprime, além da transmissão dos saberes previamente fixados e definidos, os modos justos e legítimos de estar e pensar a vida e o mundo. Os mecanismos de ensino e aprendizagem não são apenas os meios através dos quais o sistema de educação se justifica, mas formatam os desejos, as expectativas e em última análise configuram modelos culturais hegemónicos. É também pela análise dos discursos das e dos jovens relativamente ao “conteúdo” da sala de aula, que se pode compreender os valores que subentendem a negociação das regras do jogo, como é exemplo a “utilização” do corpo feminino e a relação sedutor/ a seduzida/o.

A relação professor aluno contribui para inculcar, através da linguagem e dos gestos, uma concepção do eu e dos outros que suporta ou rompe com a herança cultural. Neste trabalho, foi para nós importante

perceber quais os processos utilizados para reproduzir (produzindo simultaneamente novos elementos) a desigualdade de género. Da análise das entrevistas, constatou-se a existência de duas posições: a primeira, largamente maioritária (cerca de 90%), que se refere há existência de discriminação, associada, por um lado, à naturalização da desigualdade e por outro lado, a um ensino autoritário e arbitrário (entende-se por discriminação o tratamento diferenciado que é dado a rapazes e raparigas e que espelha e transmite a estrutura de poder entre os dois sexos).

No que se refere às diferenças de percepção e justificação para a discriminação de género dos rapazes e das raparigas, destacam-se duas questões consideradas centrais. Para as jovens as desiguais formas de relacionamento são explicadas pela natureza que atribui características diferenciadas a mulheres e a homens, ou seja, a tolerância manifesta dos professores em relação às alunas, tem a ver com uma “normalidade” social que, tendo em conta a fragilidade das mulheres, aceita as fraquezas inerentes ao sexo feminino e, portanto, exige menos em termos de sucesso escolar do que aos rapazes. Para estes a discriminação, poucas vezes percebida como injusta, é explicada tanto pela tentativa de assédio sexual dos professores às raparigas, como pelo facto de considerarem a incapacidade e a “falta de jeito” das raparigas para as actividades intelectuais, como justificação para as diferenças de exigências por parte dos professores. Esta situação é revelada em muitos discursos dos jovens que consideram normal as exigências feitas aos rapazes, “porque estes é que têm futuro”.

A discriminação (que, no entanto, não é concebida como tal pelas raparigas) expressa nas maiores exigências feitas aos rapazes (mais facilmente acusados de preguiçosos, mas também mais estimulados a estudar e a ter sucesso), evidencia um dos mecanismos mais fortes da acção da escola e dos seus agentes na estrutura de género e no seu acordo com a socialização familiar. Quando as e os jovens afirmam, por um lado, que a escola e a casa são complementares, não representando como conflituais os elementos de identificação e reconhecem, por outro lado, que os rapazes são mais “maltratados” pelos professores do que as raparigas, estão, na realidade, a exprimir a permanência de uma relação que acentua papéis sociais classificatórios segundo o sexo. Significa que, relativamente às expectativas sociais, o sucesso escolar das raparigas é tido como excepcional, aludindo-se nos discursos de professores e de dirigentes do sector da educação, “às boas notas das raparigas, ao seu empenhamento e esforço”. Esta concepção que embora eivada de boas intenções tem, na realidade, como consequência que mulheres e homens, independentemente da sua formação escolar e da sua competência técnica, possam continuar a reproduzir na vida adulta a ordem patriarcal, como são exemplos a

distribuição e o exercício do poder político em Moçambique.

Paralelamente a este discurso largamente partilhado pela maioria das estudantes há outro que exprime algum desconforto com o conteúdo do ensino, revelando contestação aos métodos e conteúdos, que, segundo muitos afirmam, (principalmente quando se referem ao exercício da sexualidade) “não servem para nada”. Isto é tão mais interessante quanto se considerarmos o esforço de informação desenvolvido em Moçambique pelo governo e as ONGs, no sentido de divulgar cuidados a manter com a saúde sexual. Estas estratégias direccionadas para o combate ao HIV/SIDA que, no caso concreto das escolas, têm a sua expressão nas associações juvenis e nos SAAJ, vêem, neste contexto de ensino/aprendizagem, a sua eficácia muito reduzida. Não tendo em conta as necessidades de conhecimento dos jovens, a escola (e a família também) permite a continuidade daquilo que tanto critica: a exposição descontrolada dos jovens a múltiplas fontes de informação, sem que haja o contraponto necessário.

Discriminação, violência e sexualidade

A gravidez e o assédio sexual no contexto escolar revelam o papel da educação na construção da sexualidade. A socialização escolar e a relação professor/aluno contribuem para consolidar modelos de identidade sexual dominantes, para os subverter, ou podem ainda combinar elementos novos e antigos, numa perspectiva revisionista de aperfeiçoamento da ordem androcétrica.

Se a sexualidade é o resultado da apropriação de valores e normas pelo sujeito, a questão que se coloca é, como é que através dos discursos os corpos juvenis são, por um lado, texto de cultura, isto é, revelam o modo dominante de pensar e viver, mas, por outro lado, são também agentes de cultura, no sentido em que produzem, comunicam e actuam.

Gravidez e penalização

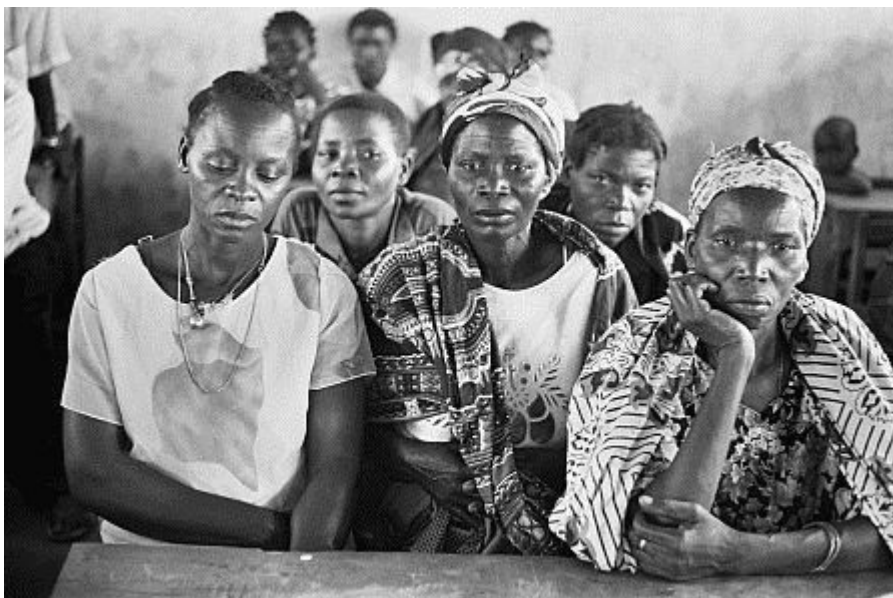
As diferenças encontradas entre Maputo e Zambézia são expressas de forma mais clara e precisa. Isto é, enquanto, por exemplo, os discursos juvenis na questão da relação professor/aluno, são muito semelhantes nas duas áreas de estudo, no que respeita à sexualidade existem distinções que pensamos dever assinalar. A primeira diz respeito à situação de gravidez nas escolas: ao contrário de Maputo, na Zambézia, muitas das raparigas entrevistadas já tinham filhos e, portanto, as suas representações foram determinadas, em grande número de casos, por experiências pessoais. A segunda distinção refere-se ao assédio sexual que, na Zambézia, é muito mais visível e também mais impune e mais violento. Estas distinções podem ser explicadas pelo afastamento da Zambézia dos centros de decisão e da vigilância institucional e pelo contexto de ruralidade,

de pobreza e de persistência de um modelo que oculta os conflitos existentes. Isto significa que predomina uma cultura do medo e da obediência que contribuem para a manutenção de desigualdades e injustiças profundas.

A visibilidade e o aumento da gravidez nas escolas moçambicanas têm sido objecto de grande questionamento social. Este questionamento e as causas mais identificadas para este fenómeno são contudo muito variadas e contraditórias. O discurso social dominante desenvolve um sistema de explicações assente na anomia dos valores culturais tradicionais e na representação da escola como um lugar de “perigo” para a conservação da ordem. A posição das famílias e dos dirigentes políticos situam a resolução do problema da gravidez das meninas na adopção de medidas punitivas. A redução da questão à sanção, assenta no pressuposto da igualdade de situação entre os dois sexos. Significa que não se tem em conta o poder que estrutura as relações sociais de género e as que se estabelecem entre professor-aluno. O discurso moralizador expresso na adopção de medidas contra as raparigas que engravidam, não identificando as causas do “problema” na construção da identidade social das mulheres, reforça, em última análise, uma concepção da sexualidade feminina “sob controlo”. Isto é, há um acordo social e político explícito, de que a gravidez fora do contexto normativo (independentemente se ela corresponde à vontade da jovem) atenta e ofende a moral social.

Sendo uma realidade que a gravidez implica abandono e desistência escolar, a argumentação dos dirigentes da educação para a punição das alunas grávidas e não, por exemplo, dos pais que retiram as filhas para as casarem prematuramente e/ou para realizarem os ritos de iniciação, oculta, a nosso ver, a raiz do problema: persiste uma cultura de discriminação muitas vezes “silenciada” pela formalização de medidas (visando aumentar o acesso e a retenção escolar das raparigas) que, sendo importantes, não atingem a estrutura da desigualdade.

No que se refere às representações das causas da gravidez, não existe no discurso das jovens, uma causa principal que possa ser identificada como explicação para a gravidez, mas encontrámos um conjunto de factores que combinam a chantagem amorosa, com o acaso, o desconhecimento, a curiosidade e a rejeição do discurso paterno. Por outro lado, e tal como outros estudos reconhecem, a gravidez é representada muitas vezes como forma de poder, de controlo e, ao mesmo tempo, de dependência, ou seja, fica-se grávida para enfrentar o outro, para o obrigar a criar laços não pedidos, mas, por outro lado, coloca-se na sua dependência. É interessante constatar que a gravidez, objecto de grandes encómios, quando vivida no seio do casamento, é diabolizada entre as jovens sem marido porque é elemento de desordem social, de conspurcação de valores, de fuga ao controle social. E



esta representação, aliada à justificação para a transferência das alunas para o curso nocturno, é válida tanto para os dirigentes da educação como para cerca de 80% das raparigas. Os argumentos mais utilizados para a concordância com a transferência das jovens grávidas para o curso nocturno são a má influência sobre as outras e a necessidade de responder pelo erro cometido. É notória a falta de sensibilidade e a projecção da culpa pelo facto de se ser mulher, não existindo neste tipo de discursos a nomeação do parceiro que engravidou. Quando se questionou as meninas sobre as medidas a serem tomadas sobre os professores responsáveis da gravidez, a grande maioria pensa que o problema para ela e para os pais se resolve com casamento “porque hoje há carência de casamento”. Esta concepção de moralidade é partilhada pelos dirigentes da educação, para quem o casamento constitui uma “boa reparação” para a violação de direitos das raparigas. É interessante constatar, uma vez mais, como os discursos bem intencionados (não causar danos na ordem) reduzem o corpo das raparigas a objecto de reprodução e uso sexual: desde que se restabeleça a norma através da assunção das responsabilidades da gravidez, deixa de haver culpados e agressores.

O assédio sexual

Quando se trata da questão do assédio sexual, a naturalização da diferença e a transformação dessa diferença em desigualdade, assume contornos particulares. Estamos perante disposições que, sexuando o corpo, o transformam em lugar por excelência de visibilidade da feminilidade e masculinidade, isto é, o corpo é utilizado como estratégia de poder, em que a sedução do outro é um acto de poder que, no caso das raparigas, representa na realidade a subordinação a uma cultura que faz dela apenas corpo útil, um ser para o outro.

Neste trabalho constatou-se que o assédio sexual é amplamente conhecido, debatido e objecto de rumores

pelos/as jovens (de todas as idades) e é reconhecido como um acto visando estabelecer uma troca de favores sexuais em troca do aproveitamento escolar das alunas. Foram identificadas no discurso das entrevistadas três posições relativamente ao perfil das raparigas no contexto de assédio sexual: as que são assediadas e se conformam (70%), as que assediam (10%) e as que resistem ao assédio (20%).¹ A pesquisa foi profícua no relato de raparigas que foram assediadas pelos professores e que resistiram: são histórias muito dolorosas, cheias de sofrimento, vividas em silêncio. Porquê em silêncio? Em primeiro lugar, porque existe um sentimento de impunidade pública face aos agressores e, em segundo lugar, porque existe um medo, que não se circunscreve apenas ao facto de poderem reprovar, o que para muitas delas significa (considerando a idade e as condições materiais em que vivem) terem que deixar de estudar, mas significa também e principalmente serem socialmente estigmatizadas. Mesmo nos casos em que há predisposição para a denúncia, existe um grande desencorajamento social, seja por falta de solidariedade familiar, seja porque o corporativismo dos professores em aliança com as direcções das escolas, leva ao encobrimento e à desvalorização do assédio.

No que se refere às representações sobre as raparigas que assediam ou são assediadas e se conformam, a maioria das jovens associa o assédio à moda e à utilização de roupas socialmente condenáveis na escola (não na rua ou discoteca), segundo um modelo de normatividade produzido e partilhado em cada espaço. O seu incumprimento surge como não reconhecimento de si enquanto parte do grupo (Kaufmann, 2005). É isto que, em muitos discursos, justifica e autoriza o assédio sexual.

A acusação e a responsabilização das meninas pelo assédio de que são vítimas, mostram bem como, na incorporação do modelo cultural na construção do feminismo, as mulheres são cúmplices e agentes da sua submissão: a noção de decência relativamente ao vestuário é uma forma de dominação, isto é, as

raparigas “descontroladas” que usam saias curtas expõem-se a uma violência que é social e culturalmente legítima. Significa que o “descontrolo feminino” justifica e despenaliza o assédio, fazendo da vítima agente do seu próprio sofrimento (Maffei da Silva, 1995). A violação dos direitos humanos presente nestes discursos é pautada pela desigualdade de género, isto é, a culpa, o medo e a não denúncia, associando-se ao apelo à bondade, à tolerância e ao bom senso das raparigas, organizam de forma eficaz a violência exercida contra as mulheres. O facto de não se identificarem professores que tenham sido exemplarmente punidos e o discurso da ambiguidade por parte das direcções das escolas e do sector da educação, reforçam e comunicam uma concepção de que o assédio sexual cometido no contexto escolar é resultado de um conjunto de factores em que as responsabilidades da assediada e do assediador são igualmente repartidas. Isto é, ao não definir o assédio sexual como uma expressão do poder masculino e de violência sexual, sejam quais forem as circunstâncias e mesmo nos casos em que as raparigas assediam os professores, a educação escolar está a contribuir com toda a legitimidade que possui, para a naturalização da violência de género. Esta situação é brutalmente acentuada, quando se toma a idade como factor determinante para o julgamento, isto é, há um consenso social de criminalização apenas no caso das crianças (antes da menarca), não se tendo em conta que a idade é apenas um dos elementos de agravamento da situação e que o fundamento do problema se encontra nas relações sociais de género.

No que respeita à posição dos jovens entrevistados, é interessante constatar que os rapazes associam quase sempre o assédio sexual a poder. No entanto, e embora pareça haver uma assunção de que o assédio é uma dimensão da violência sexual, para a posição dos jovens (a favor de uma punição exemplar dos professores) parece intervir também um elemento de rivalidade com os professores, que estão claramente numa situação de supremacia. As possibilidades que os rapazes têm de competir com os professores (e também com outros adultos fora da escola) são diminutas. Isto mostra como o assédio é, por vezes, objecto de manipulação por parte de muitas raparigas que têm uma visão do amor como relação de troca do corpo por bens materiais. A questão central continua a ser a desvalorização/super-valorização e negação da sexualidade feminina como expressão de direitos, ou seja, o corpo feminino é o campo por excelência, de disputa de dominação masculina, o corpo é representado e vivido como exterior e não para si. Parece-nos também que, na combinação destes factores, pode estar uma das explicações para a violação em grupo, a que algumas raparigas são sujeitas quando saem das escolas: a violação aparece nestes casos como vingança e como punição.

Embora, tal como referimos, os professores sejam responsabilizados pelo assédio, muitos alunos afirmam

que as raparigas “facilitam” e “provocam”, não existindo discursos de tolerância e compreensão com as vítimas. Do mesmo modo, a maioria dos professores e dirigentes do sector de educação responsabilizam as raparigas pelo assédio sexual de que são vítimas.

O que fica claro, quando se analisam os discursos das e dos jovens é a permanência de um contexto cultural, independentemente das regiões e das idades dos alunos, que discrimina as mulheres, seja pela discriminação “positiva” que distribui em desigualdade as capacidades e as possibilidades de sucesso escolar das raparigas, seja pela atribuição de intenções pecaminosas quando se está em presença de raparigas assediadas ou que engravidam. Este conjunto de elementos que caracterizam, aquilo que Ortner chama de “desvalorização universal das mulheres”, é explicada por uma concepção de “cultura como uma classe especial de manipulação do mundo” (Ortner, 2006: 111).

Algumas evidências

Procurámos analisar os mecanismos utilizados para impor ou romper com a ideologia dominante, na sua dimensão de género, isto é, de que modo o saber escolar promove, através dos seus rituais e códigos, uma visão do mundo que permite questionar a ordem e o modelo cultural dominantes.

O sistema de educação moçambicano, como aliás ocorre com outros sistemas escolares, tem a função de incorporar saberes e valores que respondam às necessidades sociais, ou pelo menos aquilo que a ideologia dominante considera o “saber fundamental”. A organização curricular constrói-se em torno do que em dado momento histórico se considera central transmitir e incorporar, ou seja, a filosofia subjacente ao curriculum do ensino secundário geral acentua a aprendizagem de um conjunto de saberes técnicos básicos, que prepara os alunos para a continuação dos estudos. A questão que se coloca no caso da nossa pesquisa é, em primeiro lugar, saber se a oferta corresponde às necessidades e expectativas dos jovens, e, em segundo lugar, interrogar os mecanismos (o que se considera de curriculum oculto) que medeiam a incorporação dos saberes em novos valores e práticas. Quando falamos em mediações, estamos a referir-nos tanto aos mediadores como aos rituais de mediação, e aos arranjos para conciliar possíveis oposições e conflitos entre os valores e as práticas sociais, e os valores e práticas que a escola desenvolve.

É esta mediação, e o que ela comporta em termos de construção de novas representações da vida e do mundo, que procurámos também analisar. Parece ter sido demonstrado neste trabalho que persiste no ensino moçambicano uma relação autoritária entre professores e alunas/os, que não permite, ou permite com dificuldade, a intervenção dos jovens como sujeitos de educação, isto é, os professores são os transmissores de

um saber legítimo não sujeito ao debate e ao questionamento, e não “utilizável”. A linguagem utilizada para estimular umas e outros, para categorizar o insucesso, para avaliar as competências, sugerem, apesar das tensões inerentes à aparente horizontalidade dos processos pedagógicos, a necessidade da ordem dominante vigiar o corpo feminino, enclausurando-o. Não é por acaso que o assédio sexual existe e se mantém nas brumas dos rumores, não é por acaso que a gravidez das meninas é nocturna, não apenas no sentido material da exclusão de convivência com as/os colegas, mas no sentido simbólico de pecado e transgressão.

A “oferta” escolar em termos de igualdade de género é ainda muito insuficiente. E quando falamos em igualdade estamos a falar em direitos. Em primeiro lugar, do direito de ser. Infelizmente a escola, e a escola secundária em particular, transforma os alunos em clientes de um conhecimento cuja motivação principal está na progressão escolar e cujo ingrediente é a memorização e a reprodução. E quando falamos em memorização e reprodução não estamos apenas a referir-nos a metodologias de ensino, mas ao facto desse conhecimento não ser incorporado nas práticas dos alunos, e significar, principalmente, a reprodução e memorização de valores. Quando nos referimos a igualdade de género estamos assim a falar desta possibilidade que deve ser dada aos jovens de serem sujeitos. Os direitos conquistam-se, é certo, mas devem ser criados mecanismos e desenvolvidos processos que permitam essa conquista.

Os avanços produzidos em Moçambique relativos à igualdade de género, e que são notáveis no campo legal e no acesso das raparigas à educação, apenas significarão assunção plena de direitos quando for abalado o modelo cultural que nos hegemoniza, ou seja, que não nos diferencia na especificidade das nossas vidas e das nossas experiências.

No entanto, a longa permanência no sistema educativo e o confronto diário entre espaços e papéis sociais, com diferentes objectivos e mecanismos de avaliação, provocam conflitos e produzem alterações nas identidades juvenis. O modo como as jovens perspectivam o futuro está, na quase totalidade dos discursos, relacionado com a independência económica. A familiaridade com a violência doméstica, a projecção de um número cada vez maior de mulheres

que ocupam posições sociais importantes, a divulgação do trabalho das organizações da sociedade civil, conduzem as jovens a dar prioridade à actividade profissional. Embora, e ao contrário dos jovens rapazes, o trabalho e a profissão apareçam menos relacionados com uma concepção de realização pessoal, e mais com o aumento dos níveis de decisão sobre a sua vida, constata-se a importância dada à autonomia económica e aos estudos, o que pode ser indiciador da formação de uma consciência de género. Do mesmo modo, começam a surgir mudanças destacáveis no significado que é conferido ao casamento e à maternidade: se, para a grande maioria, a constituição de família continua a representar um dos seus principais sonhos, existe já em algumas das jovens entrevistadas um projecto de vida com um modelo diferente de relações entre parceiros e entre pais e filhos. Também para os rapazes, embora pouco representativos, a questão da importância dos direitos humanos das mulheres, aparece como condição para uma sociedade mais justa e equitativa.

Há, portanto, um capital de esperança que é preciso reforçar e investir. Os poderes públicos devem demonstrar uma real vontade política de actuar, de forma integrada, sobre um sistema de educação que permita a igualdade de género e a equidade social. Aos jovens deve ser dado o direito de produzirem respostas (e também perguntas) e encontrar soluções que lhes permitam ser cidadãos e cidadãs.

Notas:

¹ Os discursos sobre as raparigas que assediam e as que são assediadas (e se conformam) são sempre feitos na terceira pessoa, isto é, não foi encontrada nenhuma situação de descrição por jovens que tenham vivido esta experiência. O que procurámos reflectir, nestes casos, são as representações das entrevistadas sobre o assédio sexual.

Referências:

- MAFFEI DA SILVA, Maritza (1995), *Mulher, identidade fragmentada*. In: E. Romero (org), *Corpo; Mulher e Sociedade*. S. Paulo: Papirus.
- KAUFMANN, J.C. (2005), *Corps de Femmes, Regards d'Hommes*. Paris: Nathan.
- MAFFESOLI, Michel (1995), *La contemplation du monde*. Paris: Grasset.
- ORTNER, Sherry (2006), *Entonces, Es La mujer al hombre lo que la naturaleza a la cultura?*. In: *Revista de Antropologia Iberoamerica*, 1 (1) (www.airb.org, accedido a 18 de Março de 2006).

Evento Importante:

10º Congresso Internacional Interdisciplinar sobre as Mulheres - Mundos de Mulheres (MMWW08)

“A igualdade não é uma utopia”

Madrid, Espanha - Universidad Complutense de Madrid, 3 a 9 de Julho 2008

Para mais informações: <http://www.mmww08.org>

O Congresso está aberto a propostas sobre TODOS os temas relacionados com as mulheres, género e sexualidade no mundo contemporâneo e na história das nossas culturas.

Nossas Vozes

Beleza e verdade

Morri pela beleza, mas apenas estava
Acomodada em meu túmulo,
Alguém que morrera pela verdade,
Era depositado no carneiro (sepultura) próximo.

Perguntou-me baixinho o que me matara.
– A beleza, respondi.
– A mim, a verdade, – é a mesma coisa,
Somos irmãos.

E assim, como parentes que uma noite se encontram,
Conversámos de jazigo a jazigo
Até que o musgo alcançou os nossos lábios
E cobriu os nossos nomes.

Emily Dickinson

(Tradução de Manuel Bandeira)

Antologia da Poesia Americana, Ediouro, 1992 - RJ, Brasil.

<http://ze.br/poesia/poesia258.html>



Emily Dickinson (1830-1886) é celebrada como uma das maiores poetisas do século XIX nos Estados Unidos da América.

Alguns dados sobre denúncias de violência ocorridas nos Gabinetes de Atendimento da Mulher e da Criança

Cidade e província de Maputo, províncias de Sofala e de Inhambane, 2004-2005 – 2ª Parte*

Margarita Mejia e Maria José Arthur

Dando continuidade à apresentação dos dados sobre as denúncias de violência doméstica que tiveram lugar nos Gabinetes de Atendimento da Mulher e da Criança, passamos a discutir o perfil do agressor e da vítima.

Perfil do agressor

Ao caracterizar o perfil do agressor tivemos em conta os seguintes aspectos: quem é o agressor em termos de sexo e tipo de relacionamento com a vítima, assim como o tipo de ofensa por ele cometido.

Para esclarecer o fenómeno da violência doméstica é importante descobrir o tipo de relacionamento existente entre o agressor e a vítima. Neste sentido, considerou-se pertinente especificar na relação de conjugalidade quando se trata de uma união de facto ou de casamentos registados, indicando parceiro/marido segundo o caso. Evitou-se entrar num leque de parentesco enorme: sogros, irmãos, tios, sobrinhos, genros, cunhados, primos, etc., utilizando a designação “outros parentes”, mas desagregados por sexo, tal como aparece nas Tabelas 1 para vítimas do sexo feminino e 2 para as do sexo masculino.

Tabela 1: Perfil geral da relação de parentesco vítima-agressor, vítimas do sexo feminino, Cidade de Maputo, Províncias de Maputo, Sofala e Inhambane, 2004-2005

Grau de parentesco do agressor	Nº Vítimas (F)	Sexo do agressor	% segundo o parentesco
Parceiro	2967	M	50.2
Ex-parceiro	492	M	8.4
Marido	200	M	3.4
Ex-marido	3	M	0.05
Pai do filho (amante ocasional)	197	M	3.3
Pai	44	M	0.8
Mãe	28	F	0.4
Namorado	237	M	4
Ex-namorado	30	M	0.5
Outros parentes (M)	244	M	4.1
Outros parentes (F)	95	F	1.6
Outros P. (sem sexo)	5	Sem sexo	0.1
Rival (F)	177	F	3
Amigo	14	M	0.3
Amiga	3	F	0.05
Vizinho	80	M	1.3
Vizinha	14	F	0.3
Vizinho (sem sexo)	1	Sem sexo	0.01
Professor	5	M	0.1
Emp doméstico	2	M	0.03
Emp doméstica (F)	2	F	0.03
Patrão	9	M	0.15
NA o parentesco (M)	426	M	7
NA o parentesco (F)	64	F	1.1
Não aparece o parentesco (sem sexo)	466	Sem sexo	8
Desconhecido	61	M	1
Desconhecida	6	F	0.1
Desconhecido (sem sexo)	39	Sem sexo	0.7
Total vítimas sexo feminino	5910	F	100
Total agressores (M)	5010	M	84.8
Total agressores (F)	389	F	6.6
Total agressores (NA sexo)	511	Sem sexo	8.6

Na Tabela 1 constata-se que em 54% (n=3167) dos casos onde a vítima é do sexo feminino, o agressor é o parceiro/marido. No caso de vítimas do sexo masculino (Tabela 2), as parceiras/esposas constituem só 42% (n=692) dos agressores.

Se observamos, o grupo dos agressores que no momento da denúncia já não tinha relação de conjugalidade com a vítima (namorado, ex-namorado, ex-parceiro, pai do filho) é numeroso (n=929) e representa 16% dos agressores, no caso das vítimas do

Tabela 2: Perfil geral da relação vítima-agressor, vítimas do sexo masculino, Cidade de Maputo, Províncias de Maputo, Sofala e Inhambane, 2004-2005

Grau de parentesco do agressor	Nº Vítimas (M)	Sexo do agressor	% segundo o parentesco
Parceira	654	F	40.3
Ex-parceira	76	F	4.7
Esposa	38	F	2.4
Mãe do filho	38	F	2.4
Pai	24	M	1.5
Mãe	25	F	1.6
Namorada	30	F	1.9
Ex-namorada	7	F	0.4
Out. parentes (M)	166	M	10
Out. parentes (F)	56	F	3.5
Out. Parentes (sem sexo)	3	NA	0.2
Rival (M)	96	M	5.9
Amigo	2	M	0.12
Amiga	1	F	0.1
Vizinho	16	M	0.6
Vizinha	4	F	0.4
Professor	1	M	0.1
Emp doméstico	3	M	0.2
Patrão	6	M	0.4
Patroa	1	F	0.1
NA parentesco (M)	48	M	2.8
NA parentesco (F)	52	F	3.2
NA parentesco (sem sexo)	254	NA	15.8
Desconhecido	7	M	0.4
Desconhecido (sem sexo)	5	NA	0.3
Total vítimas sexo Masculino	1610		100
Total agressores (M)	369		22.9
Total agressores (F)	979		60.8
Total agressores (NA sexo)	262		16.3

sexo feminino, mostrando a força simbólica das uniões que se prolonga até depois da sua dissolução. Segundo esta constatação, pode-se afirmar que 70% das vítimas do sexo feminino declararam que têm ou tiveram uma relação de conjugalidade de diferentes matizes com o agressor.

A seguir, o grupo mais numeroso de agressores é aquele em que não existe informação sobre o tipo de relacionamento (ou grau de parentesco) do agressor com a vítima nem o identificam como desconhecido. O

número total destes agressores em que não se identifica a relação é de 1.310, dos quais 73% (n=956) corresponde a vítimas do sexo feminino.

O grupo de agressores denominado “outros parentes” (n=561) representa 5.7% para as vítimas de sexo feminino e 13.5% para as vítimas de sexo masculino.

É interessante visualizar este perfil nos seguintes gráficos:

Gráfico 1: Perfil geral da relação vítima-agressor, para vítimas do sexo feminino, Cidade de Maputo, Províncias de Maputo, Sofala e Inhambane, 2004-2005

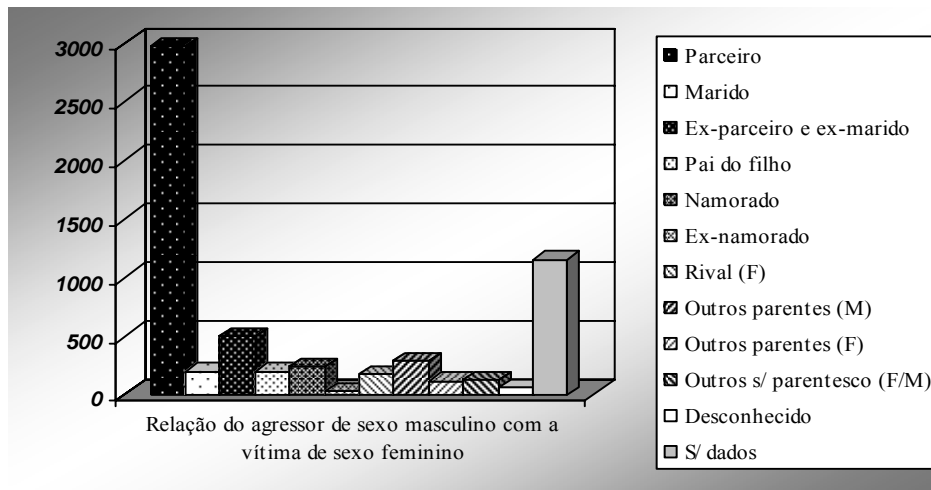
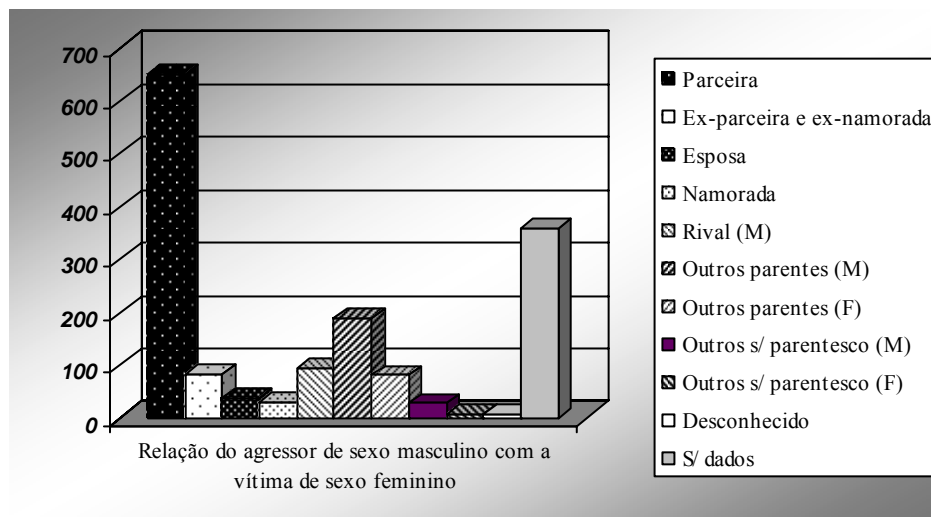


Gráfico 2: Perfil geral da relação vítima-agressor, para vítimas do sexo masculino, Cidade de Maputo, Províncias de Maputo, Sofala e Inhambane, 2004-2005



A observação da relação da vítima com o agressor leva-nos às seguintes conclusões:

- Que as principais vítimas são mulheres e o principal agressor destas mulheres é o seu parceiro ou marido, isto é, o agressor reside com a vítima.
- Que os agressores são principalmente do sexo masculino.

Com vista a completar o perfil do agressor, a tabela a seguir mostra um panorama geral sobre o conteúdo das queixas no âmbito do casal (que no momento da denúncia vivia em situação de conjugalidade; não inclui as denúncias em que os agressores são namorados, ex-namorados, ex-cônjuges ou ex-parceiros).

Tabela 3: Tipo de crime ocorrido no âmbito doméstico, sendo o agressor o marido ou o parceiro ou a esposa ou parceira, Cidade de Maputo, Províncias de Maputo, Sofala e Inhambane, 2004-2005

Tipo de Crime	Nº Total dos casos N=7584	Agressor S. Masc. (marido e parceiro)	% do total N=3167	Agressor s. Fem. (esposa e parceira)	% total N=692
OCVS	1555	864	55.5	98	6.30
OCVQ	263	143	54.4	14	5.32
Ofensas morais	689	250	36.3	66	9.58
Ameaças	94	25	26.6	8	8.51
Ameaça de Morte	90	36	28.9	6	6.67
Homicídio	13	-	-	1	7.69
Tentativa de Homicídio	13	7	53.8	1	7.69
Tentativa de Suicídio	9	-	-	3	33.33
Suicídio	2	-	-	1	50
Maus tratos	29	7	24.1	1	3.45
Cárcere privado	6	2	33.3	1	16.67
Rapto	22	1	4.5	-	-
Atentado ao pudor	13	4	30.8	-	-
Lenocínio	1	1	100	-	-
Violação sexual	211	6	2.8	-	-
Aborto	4	1	25	-	-
Danos Materiais	59	22	37.3	4	6.78
TLC: Recusa despesas	741	696	93.9	10	1.21
TLC: Desencaminho de bens	128	35	27.3	35	27.34
Violência económica	214	80	37.4	5	2.34
TLC: Expulsão do lar	381	322	84.5	7	1.84
TLC Adultério	147	37	25.2	37	25.17
TLC: Abandono do lar	180	-	-	157	87.22
TLC: Recusa paternidade	187	33	17.6	-	-
TLC: Regulação do poder Parental	148	45	30.4	14	9.46
NECC: Abandono de menor	140	-	-	48	34.29
Não é considerado crime	839	336	40.0	139	16.57
NA aparece tipificado	481	214	44.5	36	7.28
Total	3858	3167	82	691	18

O número de denúncias neste âmbito corresponde a 50.8% do total e o marido ou parceiro representa 82% dos agressores.

O perfil das vítimas

Interessa aqui observar o número de denúncias por faixas etárias das vítimas, segundo o sexo, assim como

as principais formas de violência. Maior detalhe será dado à faixa etária com maior número de denúncias.

Em primeiro lugar, e para obter uma visão geral sobre quais as faixas etárias, segundo o sexo da vítimas mais frequentemente agredidas, pode-se observar os Gráficos 3 e 4.

Gráfico 3: Faixa etária das vítimas de sexo feminino

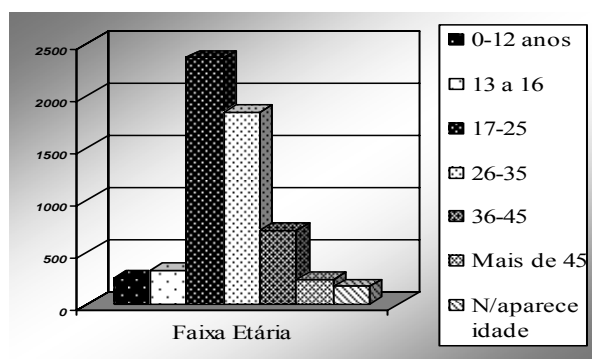
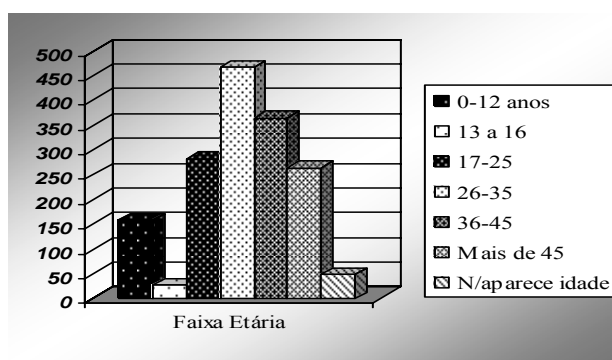


Gráfico 4: Faixa etária das vítimas de sexo masculino



Vejamos agora, ainda segundo a faixa etária, quais os tipos de crimes mais frequentes. Foram consideradas várias formas de violência: física,

económica, moral e psicológica, que têm a ver com a estabilidade do lar, sexual e as que têm repercussões para as crianças.

Tabela 4: Tipo de crime/caso mais frequente nas diferentes formas de violência por faixa etária e por sexo, Cidade de Maputo, Províncias de Maputo, Sofala e Inhambane, 2004-2005

Nº de casos/caso mais frequente nas diferentes formas de violência												
Formas de violência	Física		Económica		Moral e psicológica		Estabilidade do lar		Sexual		Repercussão nas crianças	
Tipificação	OCVS		TLC - recusa despesas		Ofensas morais		TLC - Expulsão de casa		Violação sexual		TLC - recusa de paternidade	
Faixa etária/sexo	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
0 aos 12	6	3	-	-	2	-	2	1	109	2	-	-
13 aos 16	30	6	16	-	9	1	13	1	91	3	21	-
17 aos 25	594	48	326	3	191	20	176	2	43	2	114	-
26 aos 35	482	65	253	6	187	47	118	4	28	0	32	2
≥ de 35	205	90	107	10	138	78	47	6	35	0	7	7
Total/sexo	1317	212	702	19	527	146	356	14	306	7	174	9
NA idade	26		20		16		11		23		4	
Total	1555		741		689		381		336		187	

O tipo de violência mais frequente é a agressão física, também designada na lei penal por Ofensa Corporal Voluntária Simples (OCVS). Por ordem de importância seguem-se:

- “Recusa despesas”, que diz respeito à não contribuição para o orçamento familiar, e que é enquadrado pela lei civil (TLC – Tratado na Lei Civil).
- Ofensas morais
- Expulsão de casa (TLC) – normalmente refere-se a não partilha dos bens adquiridos em comum.
- Violação sexual – de notar que cerca de dois terços das queixas referentes a violação sexual dizem respeito a vítimas do sexo feminino até aos 16 anos. Em situação de conjugalidade a violação sexual é considerado um não-crime.

- Recusa de paternidade (TLC) - inclui a recusa em registar a criança e em contribuir para o seu sustento.

Embora estes dados não abranjam a totalidade das queixas que deram entrada nos Gabinetes e se limitem a um período de dois anos, eles dão-nos pistas que nos ajudam a visualizar um perfil do agressor e um perfil da vítima. Permitem-nos dizer que, quando se trata de violência doméstica, estamos a falar de violência contra as mulheres, que é também violência de género, pois decorre da desigualdade de poder entre homens e mulheres na família.

* Para consultar a totalidade destes dados veja: M.J. Arthur e M. Mejia, Coragem e impunidade, Denúncia e tratamento da violência doméstica contra as mulheres em Moçambique. Maputo: WLSA Moçambique.

Recortes de Imprensa

Sobre o direito à interrupção voluntária da gravidez

Maria José Arthur

**Resposta ao texto de opinião:
“Os falsos argumentos para a legalização do aborto”,
por Lázaro Mabunda, “O País”, 6/4/2007**

Não é a primeira vez que o Sr. Lázaro Mabunda fala contra os direitos humanos das mulheres. Desde o princípio do ano, é vê-lo em cruzada especialmente contra duas propostas de lei: contra a violência doméstica (veja edição anterior deste boletim) e para a descriminalização do aborto.

Em sintonia com muitos outros críticos da modernidade, as palavras de Lázaro Mabunda são selectivas. Não arremete, por exemplo, contra os programas de ajustamento estrutural, que poderiam ser citados como verdadeiras ingerências à soberania económica do país. Ao invés, concentra o seu criticismo numa área específica e concreta, a dos direitos humanos das mulheres, o que à partida desqualifica as suas posições.

O que o Sr. Lázaro Mabunda tenta fazer no texto acima referido, é desconstruir a justificação usada pelo Ministério da Saúde para sustentar a proposta de lei, que apresenta o aborto inseguro como um problema de saúde pública. Neste afã em esvaziar esta posição, o autor usa argumentos verdadeiramente insanos, que lembram o personagem do Chapeleiro Louco da “Alice no País das Maravilhas”. Começa por sugerir que se despenalize o crime em geral, para que os criminosos não ponham a sua vida em risco. Como exemplos de criminosos fala em ladrões e traficantes, que não tem pejo em comparar com a mulher que aborta: todos fora da lei!

Em seguida, desenvolve uma série de elocubrações obscuras que sugerem se legalize o trabalho infantil e a violação sexual, não se entendendo muito bem qual a comparação que o autor quer estabelecer com a despenalização do aborto.

Finalmente, tal como a cereja em cima do bolo, adianta a ideia de que uma mulher que aborta, seja em condições sanitárias ou não, desenvolve cancro da mama! A vigorosa e despidorada ignorância deste argumento dispensa qualquer comentário.

O que fica patente neste texto de opinião é um total desconhecimento do assunto, do ponto de vista dos direitos humanos e do ponto de vista sociológico. Para uma breve introdução sugiro a leitura da apresentação de Ximena Andrade, publicada nesta edição.

Outro dia, em conversa com uma colega, ela mostrava-se preocupada com os malentendidos que estão a surgir em torno da legalização do aborto, sobretudo agora que até a Igreja católica se posicionou contra este direito. Dizia ela que deveremos esclarecer que, ao autorizar o aborto em condições seguras, não se está a obrigar toda a gente a abortar. Por exemplo, ninguém forçará os padres a fazerem um aborto. Esta é uma possibilidade que se abre às mulheres que decidirem que não têm condições para levar por diante uma gravidez. Outras haverá, cabendo a cada uma a decisão sobre o que é melhor para ela mesma. Liberdade é isso, a possibilidade de poder escolher.



Mulheres, Globalização e Ciberespaço

Costa do Marfim: a violência sexual como arma de guerra e possível causa do aumento do HIV

“Os agressores chegaram a nossa casa. Bateram no meu marido e no meu filho e ameaçaram matar-nos se chorássemos. Depois, violaram-me em frente a eles. Enquanto um me segurava as mãos, outro, de pé, separava-me as pernas e um terceiro violava-me. E fizeram tudo isto em frente ao meu filho mais pequeno que, na altura, tinha apenas um ano.”

Este é o testemunho de Benedicte, uma mulher da etnia Baulé, violada sexualmente por membros do Movimento Patriótico da Costa do Marfim (MPCI), país situado na África Ocidental, há dois anos mergulhado numa grave crise política e militar e onde as mulheres vivem em extrema vulnerabilidade, numa pobreza crescente e com altos índices de trabalho sexual. Esta notícia foi revelada pela Amnistia Internacional no seu relatório sobre aquele país: “Targeting women, the forgotten victims of conflict” (“Focalizando as mulheres, as vítimas esquecidas de conflitos”), que revela a extensão da violência sexual contra mulheres e meninas, no actual conflito que começou em 2002, na sequência de uma tentativa fracassada de golpe de estado.

Desde então, a Costa do Marfim está dividida ao meio: o sul controlado pelo governo e o norte por grupos oposicionistas armados, as novas forças (Fuerzas Nouvelles), segundo a Amnistia Internacional. Entre os dois grupos existe uma zona transitória de segurança, controlada por mais de 12 mil soldados pertencentes a forças internacionais, onde se incluem as forças de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) e tropas francesas.

Apesar da presença destes grupos, o relatório refere que a escalada e a natureza brutal dos ataques são fortemente subestimadas, porque centenas, quicá mesmo milhares de mulheres e meninas, têm sido, desde o início do conflito, e continuam a sê-lo, vítimas da enorme e por vezes sistematizada violência e de agressões sexuais cometidas pelas forças de combate dentro do país, como afirma Veronique Aubert, directora adjunta do programa de Amnistia Internacional em África.

Ainda de acordo com aquele relatório, por causa destes grupos, muitas das mulheres e meninas são vítimas de múltiplas violações, são sequestradas e/ou convertidas

em escravas sexuais por combatentes da Costa do Marfim.

Como se isso não fosse suficiente, as violações são constantemente acompanhadas por pancadas e torturas, frequentemente praticadas em público e/ou em frente dos membros da família. Inclusive, algumas dessas vítimas têm sido violadas junto a cadáveres de membros da sua família. Muitas destas mulheres e meninas -algumas de 10 anos - são alvo de violência, a maioria das vezes por motivos étnicos e políticos, referiu a representante da Amnistia Internacional, Veronique Aubert. (...)

Para Aubert, a violação e outras formas de violência sexual têm sido utilizadas de forma tão extensa e com tal impunidade que só se pode concluir que as forças de segurança do governo e os grupos armados da oposição têm estado a utilizar estes crimes como parte de uma estratégia deliberada para impor o terror à população civil.

Alguns dos piores abusos cometidos contra mulheres e meninas são os que são perpetrados por mercenários, particularmente os provenientes da Libéria, leais aos grupos armados de oposição na Costa do Marfim, e que se encontram a oeste da cidade, aponta ainda o referido relatório. (...)

Ainda que nenhuma estatística exacta se encontre disponível, a Amnistia Internacional indica no seu relatório que se presume que a violação e a violência sexual, reveladas no contexto do conflito, têm agravado substancialmente a crise do HIV/Sida na Costa do Marfim. (...) De facto, muitas das mulheres recusam-se a viajar até outros centros de saúde devido não só ao alto custo económico da viagem mas também aos sérios riscos de que poderiam de novo ser vítimas.

No relatório, a Amnistia Internacional fez algumas recomendações com o objectivo de eliminar a violência sexual contra as mulheres e meninas neste país, entre as quais se encontram a investigação dos delitos e a garantia de resoluções judiciais efectivas, incluindo compensação e reabilitação.

Hypatia Velasco Ramirez, 23-03-2007, CIMAC
(<http://www.rebellion.org/noticia.php?id=48572>)

As mulheres do Congo

perante as sequelas da violação

Violência sexual em África, o horror que não termina

“Se vivêssemos em paz isto não nos teria acontecido”, disse Kasoke Kabunga. Tal como milhares de mulheres no leste da República Democrática do Congo, Kasoke e a sua filha foram violadas por milicianos armados. A filha morreu e Kasoke conseguiu sobreviver, apesar de ter sido contaminada pelo vírus do SIDA. A sua tragédia dá um rosto feminino aos 10 anos de guerra naquele país que causaram mais de 3 milhões de mortos e 3,5 milhões de deslocados.

Hoje, um grupo de corajosas congolesas tenta ajudar Kasoke e outras sobreviventes para encontrar soluções para os múltiplos problemas que têm que enfrentar.

Rachel Kembe é médica e faz parte desse grupo de apoio. Em 1997, enquanto centenas de mulheres, gravemente feridas, chegavam à cidade de Goma, vindas das regiões de Masisi e Ruchuru, ela e outras cinco mulheres com carreiras profissionais vieram em sua ajuda, fundando a “Associação Nacional das Mães para Ajuda aos Desfavorecidos” (ANAMAD). (...)

“A violação”, explica Kembe, “é utilizada nesta guerra como uma arma”. As estimativas da ONU confirmam a frequência desta prática. O chefe do Departamento de Operações de Manutenção da Paz da ONU, Jean-Marie Guéhenno, declarou em Outubro de 2006 que, nos seis meses anteriores, 12.000 mulheres e meninas tinham sido violadas.

A guerra rebentou no Congo quando as milícias e as forças armadas que perpetraram o genocídio de 1994, no vizinho Ruanda, se digladiaram após a sua derrota e se instalaram em campos de refugiados civis, estabelecidos nas províncias orientais da República Democrática do Congo. O novo governo do Ruanda, face aos seus repetidos ataques, foi obrigado a contra-atacar, em 1996, desencadeando uma guerra regional. Esta guerra, por sua vez, provocou o aparecimento de novas milícias armadas. As vítimas do conflito foram, principalmente, civis e a violação e a tortura das mulheres tornaram-se práticas habituais entre os combatentes.

Em 2004-2005, a ONU e as organizações não-governamentais (ONG) consideravam que umas 100.000 mulheres tinham sido violadas no conjunto das províncias de leste da República Democrática do Congo.

As sobreviventes enfrentam numerosos problemas jurídicos e médicos e difíceis condições de vida. (...) Algumas delas tentaram atenuar esses problemas vivendo em comunidade. (...) Frequentemente, após a

violação, a comunidade rechaça ou abandona essas mulheres. (...)

Assistência médica - As sobreviventes de violação sofrem muitas vezes graves feridas internas que requerem importantes intervenções cirúrgicas. No entanto, é difícil obter esta assistência. Além disso, já antes da guerra, os serviços de saúde da República Democrática do Congo eram defeituosos e com pouco financiamento e minados pela corrupção e pela má gestão. Numerosos hospitais não tinham nem água nem electricidade. Alguns nem sequer tinham tecto ou janelas. Em muitos casos o governo já tinha deixado de pagar ou sustentar o pessoal médico.

A guerra apenas veio agravar esta situação. Hoje, salvo os hospitais das cidades de Goma e de Bukavu, poucos hospitais rurais podem tratar das sequelas das violações. É também frequente o pessoal não ter a formação necessária para tratar das lesões graves dos tecidos internos e muito menos para detectar, diagnosticar e tratar os casos de SIDA.

Anti-retrovirais - Há um abismo entre as necessidades de medicamentos contra o SIDA e os que estão disponíveis. Se as vítimas de violação tomarem certos medicamentos no período de 72 horas que se segue à agressão, poderão, em certa medida, ficar protegidas contra a infecção. Estes medicamentos estão disponíveis em alguns hospitais que gozam do apoio das ONG, mas não nas zonas rurais.

As sobreviventes seropositivas de violações têm muitas dificuldades para obterem os anti-retrovirais e os antibióticos necessários para lutar contra as infecções oportunistas. (...)

Condições de vida difíceis - Apesar da existência de medicamentos mais baratos, a pobreza cria outros obstáculos: os anti-retrovirais só são eficazes quando se administram a pessoas que tenham uma dieta especialmente saudável, uma vez que eles podem destruir psiquicamente alguém que não esteja correctamente alimentado. E estas mulheres não têm meios para se alimentarem. (...)

Trauma psicológico - No meio de tantas dificuldades diárias, perdemos de vista, com frequência, o trauma psicológico que estas mulheres sofreram. “E não são apenas as mulheres que necessitam de ajuda psicológica”, explica Marie Donatienne “os homens e os meninos que foram testemunhas das violações que sofremos sofrem também de graves traumas e necessitam de ajuda”.

Impunidade e injustiça - O trauma agrava-se também muitas vezes devido ao facto de muito poucos violadores acabarem por ser condenados. É difícil distinguir um grupo de outro e muito mais ainda identificar individualmente um agressor, o que complica consideravelmente as actuações judiciais. A impunidade não é um fenómeno exclusivo da República Democrática do Congo. Calcula-se que no vizinho Ruanda foram violadas mais de 100.000 mulheres durante o genocídio. “Não é fácil falar do

assunto perante um tribunal” explica Mariana Mukakarisa que sobreviveu a uma violação, “as pessoas da tua comunidade possivelmente desconhecem que foste violada. A ideia de falar disso publicamente é difícil... existem a vergonha e a exclusão. É duro”.

Mary Kimani, Janeiro 2007, Afrique Renouveau
(<http://www.un.org/french/ecosocdev/geninfo/afrec/vol20no4/204-femmes-du-congo.html>)

México: Lei que pune violência contra as mulheres é aprovada

Movimentos feministas e de combate à violência contra a mulher, no México, esperam que, com a aprovação, na semana passada, pelo Senado da República, da Lei Geral de Acesso a uma Vida Livre da Violência, haja mais justiça e menos impunidade. Dados indicam que, nos últimos seis meses, 6 mil mulheres e meninas foram assassinadas no país. Mais: em 90% dos delitos não se aponta um culpado e os familiares das vítimas ficam desamparados.

No geral, a lei foi aprovada com 106 votos a favor e um contra. A nova ferramenta obriga o Estado a intervir de forma directa para evitar qualquer tipo de agressão contra mulheres e meninas. O instrumento poderá ser bastante útil, se for bem aplicado, para resolver situações alarmantes como o vivido em Ciudad Juárez, estado de Chihuahua. Desde 1993, que iniciou uma série de assassinatos e desaparecimentos. Actualmente, já se somam 460 mulheres assassinadas e outras 600 desaparecidas. E a maioria dos casos continua impune.

Em entrevista concedida para a Comunicación e Información de la Mujer (Cimac), a ex-deputada Marcela Lagarde, afirmou que esta aprovação é resultado de 30 anos de luta das feministas para erradicar a violência contra as mulheres. Acrescentou

que a aprovação é o fim de um ciclo e o começo de outro, pois ainda há muito trabalho para se fazer, já que a lei implica uma reforma do Estado, das instituições, das práticas, dos usos e costumes de uma cultura patriarcal.

A lei aprovada pelo Senado é considerada uma das mais avançadas em toda a região ibero-americana. Além de contemplar a criação de um sistema integral de prevenção, protecção e assistência, estabelece também as competências e obrigações do Estado, no âmbito federal, estadual e municipal.

Um aspecto bastante importante da lei é que ela abrange, dentro do conceito de violência de género, os aspectos não só físicos, mas psicológico, patrimonial, económico, trabalhista, institucional, sexual e de matrimónio. De acordo com a lei, o Estado irá destinar recursos financeiros para o trabalho de violência contra as mulheres.

Caberá agora aos estados e municípios, rever e modificar os seus códigos penais e civis. A lei deverá ser publicada no Diário Oficial até ao final do ano.

20.12.06, ADITAL (www.adital.com.br)

É possível queixar-se de ter sido violada, estando embriagada?

Um artigo publicado pelo site feminista Women's Enews tem estado a provocar polémica (...). O artigo em questão analisa o facto de numerosos bares nos Estados Unidos utilizarem jovens raparigas para atrair uma clientela masculina. Oferecem-lhes a entrada e/ou as bebidas, levando-as ao consumo excessivo de álcool. O problema é que a autora subentende que o álcool e o comportamento destas jovens conduzem à violência. Haveria como que um pressuposto que seria:

os homens são agressivos, o que é normal. Cabe então às mulheres estarem atentas para não se colocarem numa situação de risco. É esta mesma concepção da sexualidade e das relações entre homens e mulheres que transparece num relatório da Amnistia Internacional e que choca porque ela sustenta a campanha contra o *binge drinking*¹ em Inglaterra, sem falar nem nos casos em que a justiça responsabiliza as vítimas de violência se elas estiverem embriagadas no

momento dos factos, nem nas declarações do imã australiano (Sheik Taj el-Din al Hilaly) que achou correcto comparar as mulheres sem véu (mesmo não estando embriagadas, basta serem mulheres) à carne oferecida nas pastagens aos predadores. Em suma, uma mulher que bebe corre deliberadamente o risco de ser violada ou de se tornar violenta. Assim, o álcool é mau para as mulheres uma vez que ele as torna cúmplices das violências que são exercidas sobre elas próprias ou – não é pior ainda? – elas próprias se tornam culpadas de violências que não são “naturais” nelas.

Isto não é novo pois que a ideologia dominante procura submeter as mulheres à casa e a controlar os seus comportamentos para, finalmente, controlar os seus corpos. Todos os argumentos são bons, e os argumentos de segurança (embora o lar seja em todo o mundo o local ideal para morrer devido à violência doméstica) e os “científicos” têm sido sempre utilizados em toda a parte e em todos os tempos. O

curioso é que eles não estejam ainda gastos de tanto terem servido.

Nota:

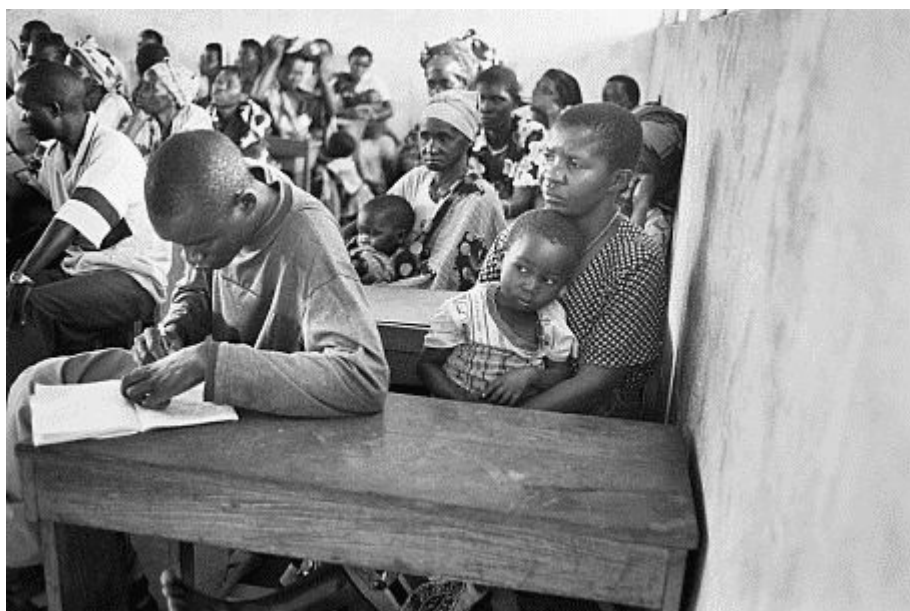
¹ Segundo a British Medical Association, a expressão “*binge drinking*” usa-se, actualmente, para designar consumo excessivo de álcool, durante uma noite ou um período de tempo similar (...). *Binge drinking* está muitas vezes associado ao acto de beber com a intenção de ficar intoxicado e, por vezes, de beber em grandes grupos. Está, por vezes, associado a dano físico ou social” (http://en.wikipedia.org/wiki/Binge_drinking).

Sobre estes assuntos poder-se-á consultar os seguintes sites:

-- Global Sisterhood Network: <http://www.global-sisterhood-network.org>

-- Truth About Rape: <http://www.truthaboutrape.co.uk>

Anne Toromanoff, Janeiro 2007, *Les Pénélopes*
(<http://www.penelopes.org>)



Consulte o nosso website, onde estão disponíveis todas as edições anteriores do boletim:

www.wlsa.org.mz

Outras Vozes

Registado sob o nº 008/GABINFORM/DE/2003

Propriedade: WLSA Moçambique

Presidente da Assembleia Geral:
Fernando dos Reis Ganhão

Presidente do Conselho Directivo:
Eulália Temba

Direcção e Redacção:
Rua Padre António Vieira, nº 68, Maputo

Impressora:

CIEDIMA
Rua Consiglieri Pedroso, 366
Maputo

Participaram nesta edição:

Ana Loforte
Ximena Andrade
Margarita Mejia
Conceição Osório

Editora:

Maria José Arthur

Revisora da língua portuguesa:

Bertina Oliveira

As **fotos** reproduzidas nesta edição são da autoria de Tineke Dhaese, OXFAM Bélgica

**Boletim Trimestral
Distribuição Gratuita
2.000 ex.
Maputo, 2007**

**Tel./Fax: 21 415811
wlsamoz@tropical.co.mz
boletimwlsa@tropical.co.mz
Website: www.wlsa.org.mz**